

Wilson Accioli de Barros Filho

# **ACORDOS ADMINISTRATIVOS PÚBLICO-PRIVADOS**

Delineamentos teóricos e prática nos Precatórios

Prefácio: Gustavo Justino de Oliveira

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2020

Copyright © 2020 by Wilson Accioli de Barros Filho

Categoria: Direito Administrativo

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Renata Chagas

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

B277a

Barros Filho, Wilson Accioli de

Acordos administrativos público-privados : delineamentos teóricos e  
prática nos precatórios / Wilson Accioli de Barros Filho. – Rio de Janeiro  
: Lumen Juris, 2020.

400 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 359-383.

ISBN 978-85-519-1727-5

1. Direito administrativo. 2. Processo administrativo. 3. Administração  
pública. 4. Negociação. 5. Consenso. I. Título.

1175975

CDD 342

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

<b>Prefácio</b> .....	1
<b>Apresentação</b> .....	5
<b>Introdução</b> .....	7
<b>Metodologia</b> .....	11
<b>1. Os Acordos no Direito Administrativo Brasileiro: Contextualização Teórica e Natureza Jurídica</b> .....	15
1.1 Contextualização teórica: em busca do conteúdo jurídico da consensualidade na Administração Pública .....	15
1.1.1 Nota introdutória: alguns dos elementos teóricos do consenso-jurídico .....	31
1.2 O acordo administrativo no Brasil: uma proposta de autonomização jurídica do instituto .....	45
1.2.1 A natureza jurídica dos acordos administrativos público-privados.....	55
1.2.1.1 Premissas negativas: desconstruindo a fungibilidade instrumental do agir administrativo.....	82
1.2.1.1.1 Acordo administrativo X Contrato administrativo .....	86
1.2.1.1.2 Acordo administrativo X Ato administrativo .....	96
1.2.1.2 Premissas positivas: a identificação do acordo administrativo no instrumental jurídico da Administração Pública .....	109
1.2.1.2.1 Acordo como instrumento de ação pública .....	109
1.2.1.2.2 Acordo como instrumento de resolução de conflitos.....	118
1.3 Síntese do capítulo .....	130

<b>2. Parâmetros Fundamentais: Delineamentos Dogmáticos para a Construção de um Regime Jurídico Autônomo dos Acordos Administrativos</b> .....	135
2.1 A consensualidade como requisito indissociável do acordo: a reserva de consenso enquanto sustentação da paridade relacional público-privada .....	136
2.2 Princípios informadores do acordo administrativo público-privado .....	144
2.2.1 Segurança jurídica, estabilidade, confiança legítima e boa-fé objetiva .....	145
2.2.2 Juridicidade: vinculação recíproca e garantia de cumprimento dos termos do acordo.....	159
2.2.3 Devido processo legal formal e material: a base jurídica do processo de negociação .....	167
2.2.4 Deferência ao mérito do acordo administrativo pelos órgãos de controle.....	189
2.3 Síntese do capítulo .....	206
<b>3. O Sistema Jurídico-Constitucional dos Precatórios Requisitórios Judiciais: Análise a Partir das Prerrogativas Processuais da Fazenda Pública</b> .....	209
3.1 Breve compreensão do instituto: contextualização, conceito e características .....	210
3.2 Precatório e dívida pública: apontamentos críticos à luz das prerrogativas processuais da Fazenda Pública.....	228
3.3 A fuga dos precatórios.....	241
3.3.1 Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas.....	242
3.3.2 Arbitragem.....	251
3.4 Mecanismos constitucionais substitutivos ao pagamento de precatório .....	260
3.4.1 Cessão de crédito.....	262
3.4.2 Compensação de dívidas tributárias com créditos de precatórios .....	263
3.4.3 Aquisição de bem público.....	265

3.4.4 Contas judiciais .....	266
3.4.5 Acordo direto em precatório .....	268
3.4.5.1 Regime jurídico-constitucional .....	270
3.4.5.2 Acordo direto na visão do STF .....	274
3.4.5.2.1 Críticas à compreensão do STF: a constitucionalidade do acordo direto.....	282
3.5 Síntese do capítulo .....	291
<b>4. Desenho Institucional-Procedimental dos Modelos de Acordo Direto em Precatórios Adotados por Entes Federados Brasileiros .....</b>	<b>293</b>
4.1 O desenho institucional do acordo direto no Município de São Paulo .....	294
4.1.1 A forma procedimental .....	296
4.1.2 Aplicação da matriz metodológica .....	298
4.2 O desenho institucional do acordo direto no Estado de São Paulo.....	302
4.2.1 A forma procedimental .....	303
4.2.2 Aplicação da matriz metodológica.....	305
4.3 O desenho institucional do acordo direto no Estado de Minas Gerais.....	308
4.3.1 A forma procedimental.....	309
4.3.2 Aplicação da matriz metodológica.....	313
4.4 O desenho institucional do acordo direto no Estado do Rio Grande do Sul .....	316
4.4.1 A forma procedimental .....	320
4.4.2 Aplicação da matriz metodológica.....	322
4.5 O desenho institucional do acordo direto no Estado do Paraná .....	325
4.5.1 A forma procedimental .....	328
4.5.2 Aplicação da matriz metodológica.....	334
4.6 Síntese do capítulo .....	339
<b>Conclusão .....</b>	<b>343</b>
<b>Referências .....</b>	<b>359</b>